



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE FLORIANO/PIAUI (1996 a 2016)

*Professora Dra. Andréia Martins (Orientadora PIBIC/UFPI) -
andreiamartins.ufpi@gmail.com*

*Barbiton de Araujo Torres (PIBIC/UFPI) -
bar_biton@outlook.com*

RESUMO

A pesquisa que se apresenta tem como objetivo organizar e analisar os números de matrícula da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no ensino fundamental nas escolas rurais e urbanas da Rede Municipal de Floriano/Piauí, no período de 1996 a 2016. A escolha por este recorte temporal se dá pelo momento histórico da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9.394/96 que determinou a EJA como uma modalidade de ensino, assegurando aos adolescentes, jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade regular como um direito público subjetivo, terminando em 2016, por este ter sido o fim do mandato do prefeito Gilberto Carvalho Guerra Júnior. As questões que norteiam esta investigação buscam o entendimento de como foram o acesso a EJA após a implementação da Lei 9394/96 no município de Floriano e quantos alunos se matricularam na referida modalidade de ensino durante as duas primeiras décadas após a implementação da referida legislação. As fontes documentais deste trabalho serão os Censos educacionais produzidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Floriano e as estatísticas divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O departamento responsável pelos números de Matrícula da SEMED só possui a catalogação das matrículas a partir do ano de 1997, os dados não apresentam uma linearidade. Nos anos iniciais os números de alunos matriculados são muito altos, há anos que não há nenhuma matrícula, nota-se que com o passar dos anos as mesmas vão diminuindo. A separação entre matrículas da zona rural e da zona urbana só são apresentadas a partir do ano de 2015 nos dados apresentados pela SEMED Floriano. Já os dados encontrados no INEP, foram disponibilizados as matrículas a partir do ano de 2010, apresentando a separação entre matrículas nas escolas urbanas e rurais. O que chama atenção nas análises é que os números apresentados nos relatórios de cada instituição são muito diferentes, e não convergem em nenhum dos anos analisados. Para fundamentação teórico teremos o aporte de Certeau (1982), Koselleck (2006), Caldeira (2016), Gil (2009), e demais autores que com suas obras contribuem para o entendimento das estatísticas escolares.

Palavras-chave: História. Educação. Adultos.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

1 INTRODUÇÃO

Ao propormos a investigação que se apresenta ao Programa de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal do Piauí, pensamos em um recorte temporal que iniciasse no ano da implementação da atual lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) 9393/96, por este ter sido um documento normativo fundamental para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, ao normatizar que a EJA passaria a ser uma modalidade de ensino garantida como um “Direito Público Subjetivo”, no Ensino Fundamental. A problemática enfrentada após a proposta deste recorte teórico inicial foi que a Secretaria Municipal de Floriano possui apenas as estatísticas de matrícula a partir do ano de 1997, assim como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que apresenta os dados do Censo Escolar a partir de 1997. O recorte temporal termina em 2016, por ser este o fim da gestão do prefeito Gilberto Carvalho Guerra Júnior (2012 a 2016) pelo Partido Socialista Brasileiro.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino assegurada como direito pela Lei de Diretrizes e Bases da 9.394 de 1996 (LDB 9394/96). A Referida legislação em seu artigo 37 afirma que:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL, 1996)

É importante destacar que a LDB 9394/96 foi promulgada no mês de dezembro, sendo possível verificar se a partir da implementação da normativa foi efetivada a partir de 1997. As questões que norteiam esta investigação buscam o entendimento de como foram o acesso a EJA após a implementação da Lei 9394/96 no município de Floriano e quantos alunos se matricularam na referida modalidade de ensino durante as duas primeiras décadas após a implementação da referida legislação.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*
21 a 24 de maio | 2019
Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil

2 AS ESTATÍSTICAS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

A organização das estatísticas nacionais no Brasil tem uma sistematização a partir do século XIX e XX, momento que também buscava implementar a escola elementar. É um período em que país buscava se alinhar as práticas de racionalidade científica e os recenseamentos nacionais eram uma forma de organizar e fortalecer a concepção de Estado-nação e modernidade. Caldeira Machado (2016) afirma que:

As produções de estatísticas oficiais pelos Estados têm como uma de suas metas dar a conhecer a individualidade dos governados assim como discipliná-los. Na perspectiva de Michel Foucault (2005), a estatística pode ser entendida como uma das tecnologias de Estado que integram um cabedal de saberes e técnicas resultantes da “razão do governo”, que faz parte de um saber político efetivado pelo Estado na condução dos sujeitos. (CALDEIRA MACHADO, 2016, p. 35)

Para Caldeira Machado (2016) no Brasil os Estados por meio dos recenseamentos nacionais, e a implementação de escolas elementares o país foi legitimou os signos da racionalidade científica, com a pretensão e criação de Estado-nação. A autora analisa que Estado e a criação do nacionalismo como agentes formadores da nação. Ou seja, nação nada é mais do que conjunto de crenças e idealismo.

No Brasil devido à desconfiança dos territórios se separarem, foi criado uma cultura homogeneizadora e, é nesse sentido em que a escola desempenha seu papel primordial de desempenhar a base para o conhecimento dos sujeitos como seres nacionais. É a partir desse fato que se é pensado sobre o discurso da neutralidade dos números e seus aspectos, a uma legitimação identitária.

Nesta concepção, para Caldeira Machado (2016) as produções estatísticas do Estado servem como procedimento regular da população, dando metas conhecendo cada um, conduzindo aos indivíduos a cada vez mais disciplinados. É procurado entender a estatística como imaginário e representação por dois aspectos, primeiramente é entendido o que possa ser o imaginário e a representação e como elas ocorrem: o imaginário é elaborado através dos símbolos dos quais se relacionam com o meio social. E os números ajudam a compor material

Real, mostrando informações produzidas através de análises, principalmente com os números do ensino educacional.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

Gil (2009) afirma que no Brasil “em 1871 foi criada, no governo imperial, a Diretoria Geral de Estatística (DGE). Ainda que sua principal tarefa fosse a execução dos censos decenais, mencionava-se em seu regulamento explicitamente sua responsabilidade para com as estatísticas da instrução” (p. 348). Os dados produzidos sobre a educação eram de responsabilidade do DGE e eram encaminhados para os ministros responsáveis pela educação escolar, os dados coletados geralmente eram referentes aos números de escolas e alunos matriculados nas escolas primárias e secundárias. A partir do período compreendido entre 1907 e 1931, além das informações presentes nos relatórios oficiais, apareceram obras especificamente destinadas à divulgação dos números, em geral, e das estatísticas de educação, especificamente (GIL, 2009).

No artigo intitulado “Campo educacional e campo estatístico: diferentes apropriações dos números de ensino” Gil (2012) analisa os discursos oficiais da produção das estatísticas do ensino que circundaram nas décadas de 1930 e de 1940. O período em questão notabiliza-se pela crescente burocratização estatal e por uma acentuada centralização de poder na União. Devido à criação de ministérios e órgãos federais foi dificultado a autonomia do campo estatístico e com o intuito de aprender os “números” do ensino, em 1939 é publicado a série “Ensino no Brasil”, no qual era apresentado as estatísticas educacionais apuradas a partir dos parâmetros firmados pelo convênio Interadministrativo das estatísticas educacionais e conexas de 1931.

A analisar a série “Ensino no Brasil” os volumes apresentam sistematizações acerca da legislação administrativa da educação nos diversos estados brasileiros, bem como estatísticas sobre o ensino primário e normal, mostrando a centralização nas decisões administrativas onde definia e disciplinava um movimento de coordenação natural (GIL, 2012)

Os dados estatísticos são relevantes para o entendimento da situação do ensino, ajudando em tomadas de decisões por parte das políticas de governo. Mas é preciso questionar os mesmos, entendendo que estes fazem parte da construção do dito “estado moderno” por parte dos “governantes” e em vários momentos podem ser usados para impor e instituir uma cultura dos dominantes.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

2.1 Matrículas na EJA em Floriano Piauí

O objetivo central deste texto é verificar se a partir da obrigatoriedade de oferta da EJA normatizada pela LDB 9394/96, como foram as matrículas no município de Floriano. Abaixo será apresentado os números de matrículas na EJA no período de 1996 a 2016.

TABELA 1 – MATRÍCULAS NA EJA EM FLORIANO/PIAUI – 199 A 2016

ANO	Rede Municipal	Ensino Fundamental (Supletivo) EJA	Ensino Fundamental (Semipresencial) EJA	EJA Total
1996	-	-	-	-
1997	5.092	-	-	-
1998	5.045	-	-	-
1999	6.792	-	-	-
2000	5.766	-	-	-
2001	5.712	22	-	97
2002	6.067	505	-	505
2003	6.196	1.244	-	1.244
2004	6.462	877	-	877
2005	6.252	1.144	-	1.144
2006	5.749	1.463	-	1.463
2007	5.951	1.082	15	1.097
2008	6.174	958	35	993
2009	6.222	963	29	992
2010	5.675	1.028	-	1.028
2011	5.729	974	-	974
2012	5.512	862	-	862
2013	5.438	904	-	904



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

2014	5.233	574	-	574
2015	4.812	552	-	552
2016	4.626	484	-	484
2017	4.446	833	-	833

Fonte: <http://inep.gov.br/web/guest/dados/consulta-matricula>

Na base de dados do INEP os censos de matrículas começaram a ser divulgados nacionalmente a partir de 1997. No ano de 1997 não foram apresentados à diferenciação nos números de matrículas por modalidade de ensino. O Censo de 1999 demonstra que as matrículas na modalidade de EJA estavam todas na rede estadual e na rede particular de ensino em Floriano/Piauí. Com 2.865 os alunos matriculados na rede estadual na cidade de Floriano, e 201 matrículas na rede particular. Não foi especificado se estas matrículas eram no ensino fundamental ou médio.

No ano de 2000 as matrículas na EJA ainda são apresentadas apenas na rede estadual e particular, mas, chama a atenção o fato de ter havido uma queda muito grande nas matrículas, passando para 219 matrículas totais, sendo 128 no ensino fundamental. Já na rede particular houve 296 matrículas, sendo 101 no ensino fundamental.

Em 2001 são apresentadas as primeiras matrículas na EJA em Floriano, com 97 alunos matriculados. Nos anos subsequentes há um grande aumento nos números de matrículas na EJA nas escolas municipais de Floriano, em 2003 já haviam mais de 1000 alunos matriculados.

A partir do ano de 2002 a EJA é apresentada pelo censo de forma mais detalhada, sendo dividida da seguinte maneira; EJA Fundamental (supletivo), e EJA Semipresencial ensino fundamental e médio. O município oferta a EJA no ensino fundamental I e II. A partir de 2002 há um aumento no número de matrículas segundo as informações do Censo do INEP.

Em 2015 o Censo apresenta uma especificidade, que é o número de matrículas de alunos e alunas da Educação Especial dentro da EJA, que foram em 39 alunos e em 2016 subiu para 41. O que se percebe neste levantamento é que a EJA foi-se firmando no município de Floriano ao longo dos 20 anos estudados.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

2.1.1 Matrículas na EJA Urbana

A partir do ano de 2010 conseguimos os números de alunos matriculados na EJA separados por zona urbana e rural, a tabela abaixo apresenta estes números.

Tabela 2. Matrículas do Ensino Fundamental / EJA - Zona urbana

	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°
2010	102	227	269	245	261	440	418	289	206
2011	156	295	298	261	264	431	402	273	258
2012	155	233	281	275	260	378	366	204	269
2013	132	142	161	234	226	399	323	241	190
2014	103	114	153	177	232	455	369	292	185
2015	65	88	142	160	144	352	325	231	161
2016	36	51	88	97	130	237	252	227	151

Podemos verificar que houve entre os anos de 2010 e 2016 uma queda muito grande no número de matrículas em todos os anos do ensino fundamental na EJA urbana. Segundo o site da Secretaria de Educação do Estado do Piauí: “Em 2016, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Piauí foi estimada em 17,2%; em 2017, esse número caiu para 16,6%. Comparando os números desde 2010, tem-se uma queda de 13,9% no número de analfabetos no estado”¹.

Mesmo com todo o investimento na EJA percebemos que o número de analfabetos jovens e adultos no Piauí é muito alto, e a queda nas matrículas no período de 6 anos chega a ser acima de 50%.

2.1.1.1 Matrículas na EJA Rural

O que acontece nas matrículas das escolas da zona rural é o inverso do que aconteceu nas escolas da zona urbana de Floriano no período de 2010 a 2016. Como veremos abaixo.

Tabela 2. Matrículas do Ensino Fundamental / EJA - Zona urbana

	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°
2010	53	63	121	68	76	199	144	114	81
2011	63	59	89	86	84	162	126	119	95
2012	41	68	69	79	63	160	131	108	88
2013	36	23	48	51	38	98	96	55	57
2014	4	13	9	20	18	38	59	31	30

¹ <http://www.pi.gov.br/materia/educacao/piaui-reduz-indices-de-analfabetismo-segundo-ibge-5806.html>
acesso em 19/04/2019



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

2015	20	12	22	17	29	57	49	48	42
2016	21	22	15	19	14	71	48	36	35
Total	238	260	373	340	322	785	653	511	428

Fonte: /www.qedu.org.br

As matrículas na EJA rural tiveram um aumento acima dos 100% entre os anos de 2010 a 2016, é um fenômeno que precisa ser entendido e estudado em pesquisas posteriores. O que podemos levantar inicialmente é que houve um investimento do município na construção de escolas na zona rural de Floriano.

3 CONCLUSÃO

A investigação teve como objetivo o entendimento se a partir da implementação da Lei 9394/96 o município de Floriano investiu no atendimento da Educação de Jovens e Adultos. Pelo levantamento dos dados de matrícula observamos que sim, a Secretaria Municipal de Educação passou a ofertar de maneira ostensiva atendimento aos alunos e alunas da EJA. Percebemos que no geral há grande oscilação no número de matrículas ao longo dos 20 anos estudados. Que houve uma queda muito grande nas matrículas na EJA urbana e um aumento acima de 100% de matrículas na zona rural. Estes fenômenos precisam de ser estudados em pesquisas posteriores.

Este é um estudo é inicial, pois temos a ciência que os alunos ao efetivar a matrícula, em vários casos não frequentam as aulas por motivos variados. Faz-se necessários novos estudos para fazer um levantamento do número de evasão e taxas de repetência nas escolas municipais de Floriano que ofertam matrículas na EJA. Assim poderemos entender se a oferta garantida pela LDB 939/96 está sendo colocada em vigor com a garantia de acesso, qualidade e permanências dos alunos e alunas que não tiveram acesso à educação na idade regular. Direito este normatizado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

ABSTRACT

The present research aims to organize and analyze the enrollment numbers of Youth and Adult Education (EJA) in primary education in rural and urban schools of the Floriano / Piauí Municipal Network, from 1996 to 2016. The choice of this temporal cut is due to the



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

historical moment of the implementation of the Law of Guidelines and Bases of Brazilian Education 9.394 / 96 that determined the EJA as a teaching modality, assuring adolescents, youth and adults who did not have access to elementary education at the regular age as a subjective public right, ending in 2016, as this was the end of the mayor's warrant Gilberto Carvalho Guerra Júnior. The questions that guide this investigation seek to understand how the access to EJA was after the implementation of Law 9394/96 in the municipality of Floriano and how many students enrolled in said modality of education during the first two decades after the implementation of said legislation. The documentary sources of this work will be the Educational Censuses produced by Floriano's Municipal Secretariat of Education (SEMED) and statistics released by the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP). The department responsible for the SEMED Matriculation numbers only has the cataloging of the registrations from the year of 1997, the data do not present a linearity. In the initial years the numbers of students enrolled are very high, for years there is no enrollment, it is noted that with the passage of the years they are decreasing. The separation of enrollments from the rural and urban areas is only presented from 2015 on the data presented by SEMED Floriano. On the other hand, the data found in the INEP, were made available from the year 2010, showing the separation between enrollments in urban and rural schools. What is noticeable in the analyzes is that the figures presented in the reports of each institution are very different, and do not converge in any of the analyzed years. For theoretical reasons we will have the contribution of Certeau (1982), Koselleck (2006), Caldeira (2016), Biccias (2007), Gil (2009) and other authors who contribute to the understanding of school statistics.

Keywords: History. Education. Adults

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número **9394**, 20 de dezembro de 1996.

CALDEIRA MACHADO, Sandra Maria. A voz dos números: imagens e representações das estatísticas educacionais e a produção da identidade nacional (décadas de 1920 a 1940) /Sandra Maria Caldeira Machado; orientação Maurilane de Souza Biccias. São Paulo: s. n., 2016.

CERTEAU, Michel. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GIL, Natália de Lacerda. A produção dos números escolares (1871-1931): contribuições para uma abordagem crítica das fontes estatísticas em história da educação. Revista Brasileira de História. São Paulo: 2009, vol.29, n.58, p. 341-358.

GIL, Natália de Lacerda. Campo educacional e campo estatístico: diferentes apropriações dos números de ensino. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade> acesso em 2012.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

HADDAD Sérgio (org) Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986 – 1998). Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002. (Série Estado do Conhecimento, ISSN 1676-0565,n. 8)

HADDAD Sérgio. Prefácio. In.: SOARES, Leôncio (org). Educação de Jovens e Adultos: o que revelam as pesquisas. Belo Horizonte: Autêntica Editora 2011. (Coleção Estudos em EJA, 11)

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: UNICAMP, 2000.